

OS CONTRIBUTOS DA ANÁLISE DO DISCURSO PARA O ENSINO DA TRADUÇÃO

Eduarda Maria Ferreira da Mota

A tradução tem hoje em dia uma importância cada vez maior na sociedade, tanto a nível económico como científico e também artístico. Esta importância está reflectida nas exigências colocadas pelo mercado de trabalho que “ (...) cobre praticamente todas as áreas do conhecimento humano, desde as ciências aplicadas até às ciências fundamentais, passando pelas especialidades e tecnologias”¹.

Assim, a tradução como disciplina tem vindo a impor-se, a ganhar autonomia, e isso é visível no número de cursos que têm sido criados nesta área. O crescente interesse na formação de tradutores traz consigo a necessidade de um aprofundamento das teorias e técnicas tradutivas que sirvam de suporte a essa formação e subsequentemente ao trabalho do tradutor.

Neste âmbito do ensino/aprendizagem da tradução vamos reflectir sobre os contributos da linguística, como disciplina inspiradora da teoria da tradução. Lembraremos assim apenas alguns conceitos linguísticos mais marcantes que, desde a linguística estrutural até à análise do discurso, foram sendo absorvidos e aplicados pelos teóricos da tradução.

Sabemos que sempre se traduziram textos de todos os tipos ao longo da nossa civilização, mas que só a tradução literária era considerada como tendo valor, neste caso um valor estético, literário e cultural. A tradução de textos não literários era considerada uma actividade menor: “Translated texts from everyday life were studied, if at all, merely as specimens of language at a given stage of development, and traditional philology did not concern itself with translation theory”².

Como vemos, a tradução merecia pouca atenção por parte dos filólogos tradicionais acreditando-se também que quem dominasse as línguas e culturas envolvidas no acto tradutivo estaria apto a traduzir.

Esta situação começa a mudar com o surgimento da linguística como disciplina independente. Foi o linguista Ferdinand de Saussure que, ao deixar os

seus estudos, publicados mais tarde pelos seus alunos no livro “Cours de Linguistique Générale”³, tornou a linguística uma disciplina autónoma e deixou conceitos linguísticos fundamentais que todos os estudiosos posteriores retomaram.

Saussure tomou a língua como objecto de estudo e fez uma distinção importante entre “langue” (língua) e “parole” (fala). Na sua Linguística Geral, Saussure dá mais ênfase à língua como parte social da língua e menos à fala, que será a manifestação individual da língua. O conceito de língua é entendido como um sistema de unidades que estão relacionadas entre si e que “(...) não têm qualquer realidade independentemente da sua relação com o todo.”⁴ Os sucessores de Saussure preferiram falar em estrutura; assim a denominada Linguística Estrutural descreve a língua como um sistema de elementos interdependentes e caracteriza a relação desses itens individuais.

Houve da parte de teóricos da tradução tentativas sérias de aplicar o Estruturalismo à tradução. J. C. Catford, linguista britânico, escreve em 1965, “A Linguistic Theory of Translation”, onde afirma que a teoria da tradução tem de assentar numa teoria da linguagem, numa teoria geral linguística. Situa a tradução em dois planos; por um lado, analisa o “context of situation”⁵, referente à situação, e por outro, estuda o “co-text,” referente à linguagem. A tradução será então a transferência do contexto situacional do texto de partida para a língua de chegada assim como a correspondência de unidades gramaticais, lexicais, gráficas e fónicas a nível dos dois textos em contraste. A tradução é, para Catford, a procura do equivalente textual via correspondente formal: “A textual equivalent is any TL [Target Language] text or portion of text which is observed on a particular occasion, (...) to be the equivalent of a given SL [Source Language] text or portion of text”⁶.

A tradução torna-se um ramo da Linguística Contrastiva e é vista como a procura de correspondências a nível formal. Foram feitas várias críticas a Catford, nomeadamente o facto de este se limitar a analisar frases demasiado simplistas e desses exemplos retirar regras de tradução que estão longe da realidade tradutiva.

Ao mesmo tempo que Catford apresentava a sua teoria tradutiva nos Estados Unidos, Noam Chomsky publicava “Aspects of the Theory of Syntax”, 1965. Nesta obra, Chomsky retoma o binómio saussuriano língua e fala, mas prefere distinguir entre “competence” e “performance”, sendo “(...) *competência*

(o conhecimento que o falante-ouvinte possui da sua língua) e *performance* (o uso efectivo da língua em situações concretas)⁷.

Essa competência linguística traduz-se numa capacidade de utilização duma gramática a que Chomsky chamou “Generativa”, um modelo de gramática que, a partir dum conjunto finito de regras aplicadas a um número finito de unidades, gera um conjunto infinito de frases possíveis. Neste modelo gramatical temos ainda a noção de estrutura profunda e estrutura de superfície das frases: “(...) the syntactic component of a grammar must specify, for each sentence, a deep structure that determines its semantic interpretation and a surface structure that determines its phonetic interpretation”⁸.

Estas noções foram adoptadas para a tradução por Eugene Nida no seu livro “Towards a Science of Translation”, 1964, que depressa se tornou uma espécie de bíblia, não só por se tratar efectivamente da tradução da Bíblia ⁹, mas como teoria da tradução em geral. Nida apresenta o conceito de equivalente tradutivo tomando como suporte as estruturas propostas por Chomsky: parte da análise das estruturas de superfície do texto original para chegar a uma estrutura profunda desse mesmo texto. Transfere depois essa estrutura profunda para a estrutura profunda da nova língua, e cria desse modo uma estrutura de superfície na segunda língua.

Nida partiu assim do princípio de que a mesma estrutura profunda poderia estar na base de duas línguas diferentes, mas Chomsky não advoga que as estruturas profundas sejam universais e, consciente de que as suas teorias poderiam ser mal interpretadas e extrapoladas para outros domínios, como a teoria da tradução, alerta:

“The existence of deep-seated formal universals implies that all languages are cut to the same pattern, but does not imply that there is any point by point correspondence between particular languages. It does not, for example, imply that there must be some reasonable procedure for translating between languages”¹⁰.

Nida vai ignorar este aviso de Chomsky e apresentar um processo tradutivo, baseado, como vimos, numa simplificação da teoria deste autor, focando a estrutura profunda, as regras transformacionais e as estruturas de superfície semelhantes entre línguas.

Sabemos que a estrutura profunda era considerada uma entidade sintáctica, já que a gramática generativa continuava, na tradição da linguística estru-

turalista, a descrever os sistemas gramaticais de línguas individuais. As análises faziam-se ao nível da frase e nem sempre de uma forma contextualizada. Assim, as críticas feitas à gramática generativa foram feitas também à aplicação que este autor fez delas, isto é, que o seu processo tradutivo poderia ser válido para frases simples, mas nunca para frases ambíguas onde só o contexto nos poderá elucidar sobre o significado completo de uma palavra, expressão ou frase.

A grande ênfase dada aos aspectos gramaticais, em particular à sintaxe, vai ser criticada por autores posteriores, nomeadamente por Dell Hymes que vai chamar a atenção para os aspectos socioculturais na aquisição da língua. Hymes salienta que as crianças ao aprenderem a falar, adquirem não só uma competência gramatical, como também uma competência de uso: “(...) the speaker’s ability to produce appropriate utterances (...)”¹¹. Esta competência de uso ou competência comunicativa permite à criança perceber as frases não só como realidades linguísticas, mas também como realidades socialmente apropriadas. Os linguistas começam a dar cada vez mais importância ao contexto e a análise linguística que assentava na fonologia, na morfologia e na sintaxe deixa de ser suficiente, já que não inclui o estudo da situação, em que qualquer acto de comunicação acontece. Daí o crescente interesse pela competência comunicativa e pela análise do discurso, entendida como “(...) the way the meanings in a text are organized to convey the message (...)”¹². Estes dois conceitos andarão intimamente ligados como veremos em seguida. Vamos analisar a repercussão do conceito de Hymes na tradução para depois nos determos no processo tradutivo e no papel do tradutor.

O conceito de competência comunicativa de Hymes é muito relevante para os estudos tradutivos: “(...) the translator’s communicative competence is attuned to what is communicatively appropriate in both SL and TL communities and individual acts of translation may be evaluated in terms of their appropriateness to the context of their use”¹³.

Antes de prosseguirmos, explicitando o que se entende por competência tradutiva, é necessário nomear Michel Canale (1983) que, ao dedicar-se à pedagogia comunicativa das línguas, retoma o conceito de competência comunicativa de Hymes. Canale enumera quatro componentes que considera como fazendo parte da competência comunicativa: *competência gramatical*, o domínio do código verbal e não verbal; *competência sociolinguística*, o domínio das regras de uso socioculturais, isto é, até que ponto os enunciados são produzidos e percebidos

apropriadamente em contextos sociolinguísticos diferentes; *competência discursiva*: “(...) mastery of how to combine grammatical forms and meanings to achieve a unified spoken or written text in different genres.”¹⁴ *Competência estratégica*, o domínio de estratégias de comunicação verbais ou não verbais que podem ser necessárias em duas ocasiões: para compensar paragens na comunicação ou para compensar falhas numa ou noutra área da competência comunicativa¹⁵.

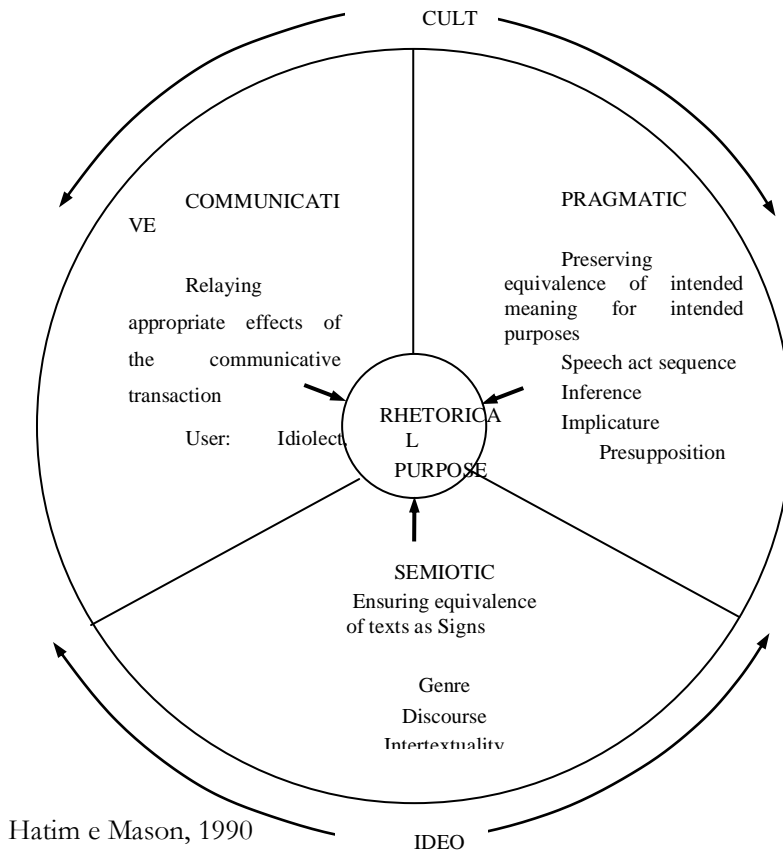
Esta classificação proposta por Canale foi recentemente adaptada por Ian Mason para estudar a competência comunicativa do tradutor. Temos a competência gramatical que, no caso do tradutor, implica o domínio passivo de um sistema linguístico e o domínio activo de outro sistema linguístico, no sentido de possuir o conhecimento e a capacidade necessários para perceber e exprimir com precisão os significados literais dos enunciados. A competência sociolinguística será a faculdade de o tradutor avaliar se os enunciados estão apropriados ao contexto, em termos de questões como o papel dos participantes, objectivo da interacção, normas e convenções da interacção. A competência discursiva, a capacidade do tradutor perceber e produzir textos coesivos e coerentes em diferentes géneros e discursos. A competência estratégica representa a habilidade do tradutor para compensar possíveis falhas ou paragens na comunicação e também para aumentar a eficácia da comunicação entre produtor do texto de origem e receptor do texto de chegada¹⁶.

Estas competências vão ser essenciais ao tradutor que tem um papel determinante no processo tradutivo: “(...) the translator takes on the role of mediator between different cultures, each of which has its own visions of reality, ideologies, myths, and so on”¹⁷. Podemos ver na figura proposta por Hatim e Mason os princípios fundamentais que presidem ao trabalho do tradutor.

No centro encontra-se o texto que Hatim e Mason definem como sendo um conjunto de funções comunicativas relevantes estruturadas de modo a alcançar um objectivo retórico global. A circundar o texto temos os factores comunicativos, pragmáticos e semióticos. A fechar todo este processo, as culturas e ideologias que subjazem a qualquer acto comunicativo.

Vamos começar pelos factores comunicativos, onde sobressaem os conceitos de ‘user’ e ‘use’. Halliday, McIntosh e Strevens (1964) apresentam um esquema para descrever a variação da língua que assenta nestas duas dimensões

‘user’ e ‘use’: “(...) user-related varieties (...) are called dialects which, while capable of displaying differences at all



levels, differ from person to person primarily in the phonic medium. The second dimension relates to the use to which a user puts language. Use-related varieties are known as registers and, unlike dialects, differ from each other primarily in language form (e.g. grammar and lexis).”¹⁸

Dentro da noção de ‘user’, temos variações que podem ser geográficas, temporais, sociais e idiolectos. Os dialectos temporais reflectem as mudanças da língua através dos tempos.

No registo temos três parâmetros: ‘tenor’, relação entre emissor e receptor reflectida no grau de formalidade e acessibilidade do texto; ‘mode’, o canal

usado que pode ser escrito, falado, monólogo ou diálogo e ‘field’, ligado à função e género variando conforme a envolvência social e profissional.

Estes conceitos linguísticos são importantes para a tradução, pois é necessária uma compreensão total do texto a traduzir para poder escolher o registo apropriado na língua alvo¹⁹, e manter assim o objectivo “relaying appropriate effects of the communicative transaction”, como vemos na figura.

Passando agora aos factores pragmáticos temos as sequências de actos de fala. Os actos de fala foram definidos por John Austin, filósofo inglês, no seu livro “How to do Things with Words” (1962). A “Speech Act Theory”, como ficou denominada, parte do pressuposto que a unidade mínima na comunicação humana não é a frase, mas sim a “performance of an act”, isto é, a realização de certos tipos de actos, como por exemplo: fazer declarações, agradecer, explicar, etc.. Segundo Austin, um enunciado pode realizar simultaneamente três actos:

(...) locutionary act which is the act of saying something in the full sense of “say”; an illocutionary act which is an act performed in saying something, the act identified by the explicit performative; and a perlocutionary act, the act performed by or as a result of saying²⁰.

A estes três tipos de actos estão associados respectivamente: um sentido ou referência a acontecimentos específicos, pessoas ou objectos; uma força que pode ultrapassar o sentido literal e assim prover um sentido adicional, como por exemplo, no caso de um pedido ou admoestação; um efeito ou consequência que pode, ou não, ser aquele que convencionalmente se associa à expressão linguística usada.

Na tradução e interpretação estas distinções têm sido importantes, principalmente quando a força ilocutória ultrapassa o sentido convencional ou quando o efeito último excede as expectativas criadas ²¹.

Nos modelos do processo tradutivo orientados pragmaticamente tem-se considerado que o acto tradutivo pode ser visto como uma tentativa de performance bem sucedida de actos de fala: “In their quest to achieve ‘sameness of meaning’, it has been argued, translators constantly attempt to re-perform locutionary and illocutionary acts in the hope that the end-product will have the same perlocutionary force in the target language”²².

Ao tentar explorar todo o potencial da análise dos actos de fala, os teóricos da tradução partilham alguns dos receios dos críticos desta teoria. No início, a “Speech Act Theory” visava muito mais afirmar-se contra as outras

correntes filosóficas e estava menos virada para o tratamento da língua em uso, em situações reais. Esta teoria foi criticada pelo facto de ter deixado listas de actos de fala que se tornam difíceis de identificar na prática.

Ao tentarem aplicar a teoria dos actos de fala à tradução, os teóricos chegaram rapidamente à conclusão de que um texto não é uma sucessão unidimensional e linear de acontecimentos ligados uns aos outros. É sim um edifício construído de uma forma complexa onde alguns elementos gozam de um estatuto mais comunicativo, outros menos, dentro de uma organização hierárquica. A interpretação dos actos de fala depende da sua posição e estatuto dentro das sequências, daí a referência a “Speech Act Sequence” na figura apresentada.

Vimos já como a análise do discurso incide sobre a linguagem como acto de comunicação. Para poder perceber o discurso no seu todo, procede à sua decomposição em unidades mínimas, em pequenos actos comunicativos aos quais vai atribuir uma função, um valor²³. Temos assim os actos de fala estudados por si e depois em sequência, sem nunca se perder a noção de texto como um todo, como vimos anteriormente.

O conceito de pressuposição, mencionado na figura, designa toda a informação que o emissor pressupõe que o receptor conhece e que por isso não necessita de ser referida.

As noções de implicatura e inferência estão ligadas ao “Cooperative Principle” e às categorias propostas por Grice, 1975. Ao analisar a conversação oral, Grice sugere: “Make your conversation contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged”²⁴. Ao cumprirmos estas normas na conversação, estamos a seguir aquilo a que Grice chama o princípio cooperativo. Propõe quatro categorias, às quais os falantes/ouvintes devem aderir para que a comunicação se efectue com sucesso. Estas são: “quantity”, que o discurso seja informativo, mas não mais do que o necessário; “quality”, que o que se diz seja verdadeiro; “relation”, que a comunicação seja relevante e ainda “manner”, o modo como se deve transmitir a informação, ser claro na exposição, evitando expressões confusas, ambiguidades, falando de forma breve e ordenada.

Um desvio destes princípios enumerados leva a implicaturas. Nesta noção Grice distingue implicatura convencional: “(...) aquela que pode ser entendida pelo ouvinte por força do significado convencional das palavras usadas”²⁵ e implicatura conversacional que, como mencionámos, ocorre quando uma das ca-

tegorias propostas é quebrada e algo fica comprometido para lá do considerado normal numa conversação. Por seu lado, o receptor tem de inferir, depreender informação dos enunciados que recebe, o chamado processo de inferência.

Apesar de estes princípios terem sido desenvolvidos a pensar na linguagem oral são úteis para o discurso escrito e para a tradução. A noção de implicatura que advém dessa infracção deliberada das categorias cooperativas tem sido muito útil ao tradutor e ao intérprete. Em termos de recepção, a análise dos significados implícitos facilita a compreensão e, em termos de reprodução de mensagem na língua alvo, a análise e compreensão desses significados implícitos pode ser a forma de conseguir a equivalência adequada. Este último ponto é principalmente relevante ao trabalhar com línguas linguística e culturalmente afastadas umas das outras, onde se poderá ter de optar por enunciados semanticamente diferentes mas pragmaticamente equivalentes para conseguir o mesmo efeito. Assim, o respeito pelos factores pragmáticos durante o processo tradutivo, levará a que, a nível das intenções dos textos de partida e de chegada, se chegue a uma equivalência de efeitos.

Nos factores semióticos, Hatim e Mason destacam o género, o discurso e a intertextualidade. Por género entendem certas formas convencionadas de textos associadas a ocasiões sociais particulares como, por exemplo, a escrita de sonetos, receitas de cozinha, etc. Definem discurso como: “Modes of speaking and writing which involve participants in adopting a particular attitude towards areas of socio-cultural activity (eg. racist discourse, officialese, etc.)”²⁶.

Ao distinguirem entre texto, género e discurso, Hatim e Mason dão supremacia ao discurso. Apesar de considerarem que é importante que se dominem os géneros e os formatos de texto, acreditam que a consciência do que o discurso implica é que leva a que se possa chegar a uma transferência completa, a uma equivalência na tradução.

A intertextualidade compreende a dependência que existe entre textos, o modo como relacionamos os textos uns com os outros e os reconhecemos como signos que evocam em nós experiências textuais prévias²⁷. O tradutor terá de estar atento a este factor, analisar a forma e função de um sinal intertextual, aferir do seu valor semiótico para depois decidir como o vai transpor para a língua de chegada.

Através da análise destes factores semióticos, procura-se chegar a uma equivalência de textos aqui compreendidos como signos.

Como transparece dos vários factores apresentados, Hatim e Mason ao descreverem o processo tradutivo recorrem à linguística moderna que abrange áreas como a análise do registo, a análise do texto e a pragmática.

Acreditamos que a formação de um tradutor passe pelo domínio das teorias linguísticas e pelo domínio das componentes discursivas mencionadas. Concordamos com Peter Fawcett quando este afirma: “(...) modern linguistics clearly provides powerful tools for the analysis and understanding of language, and these tools ought to be part of the competence of every translator”²⁸.

¹ F. Magalhães, *Da Tradução Profissional em Portugal*, Lisboa: Edições Colibri, 1996, p. 31.

² M. Snell-hornby, *Translation Studies. An Integrated Approach*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publ. Co., 1988, p. 7.

³ A primeira edição é de 1915. Posteriormente, em 1972, Tulio de Mauro publica uma nova edição crítica.

⁴ O. Ducrot e T. Todorov, *Dicionário das Ciências da Linguagem*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982, p. 33.

⁵ Catford baseia-se nas teorias de Firth e Halliday, dois linguistas britânicos que estudam os significados contextuais e os aspectos sociais que caracterizam uma dada situação.

⁶ J. C. Catford, *A Linguistic Theory of Translation*, Oxford: Oxford University Press, 1965, p. 27.

⁷ N. Chomsky, *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge (Mass.); The MIT Press, 1965, p. 84.

⁸ N. Chomsky, *Aspects of the Theory of Syntax*, op. cit., p. 16.

⁹ Nida era pastor protestante e escrevia e traduzia para missionários.

¹⁰ N. Chomsky, *Aspects of the Theory of Syntax*, p. 30.

¹¹ D. Hymes, *On communicative competence*, in J.B. Pride e J. Holmes (eds.), *Socio-linguistics*. Harmondsworth: Penguin, 1972, p. 30.

¹² C. Nuttal, *Teaching Reading Skills in a Foreign Language*, London: Heinemann Educational Books, 1983, p. 80.

¹³ B. Hatim e I. Mason, *Discourse and the Translator*, Essex: Longman, 1990, p. 33.

¹⁴ M. Canale, *From Communicative Competence to Communicative Language Pedagogy*, in Richards, J.C. e Schmidt, R. W. (eds.), 1983, op. cit. p. 9.

¹⁵ Um recurso usado, por exemplo, para compensar o desconhecimento de uma palavra, é a paráfrase.

¹⁶ vide I. Mason, *Communicative/Functional Approaches*, in Baker, M. (ed.), 1998, op. cit. p. 31.

- ¹⁷ B. Hatim e I. Mason, *Discourse and the Translator*, p. 236
- ¹⁸ B. Hatim e I. Mason, *Discourse and the Translator*, p. 39
- ¹⁹ Julianne House, no livro *A Model for Translation Quality Assessment*, 1977, apresenta oito parâmetros para a classificação da situação de um texto, baseados nestes conceitos da análise de registo. O objectivo é caracterizar o perfil do texto de partida para depois poder construir um perfil textual equivalente na língua de chegada.
- ²⁰ J. Austin, *How to do Things with Words*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1962, 1977, p. 17.
- ²¹ Cf. B. Hatim, *Pragmatics and Translation*, in Baker, M., 1998, pp. 179-183.
- ²² Cf. B. Hatim, *Pragmatics and Translation*, in Baker, M., 1998, pp. 179-183.
- ²³ vide E. Mota, *Da Tradução: A Problemática da Competência Retórica e da Aceitabilidade*, Diss., Aveiro, Universidade de Aveiro, 1990, p. 53.
- ²⁴ H. P. Grice, *Logic and Conversation*, in Cole, P./ Morgan, J. L., 1975, pp. 41-58.
- ²⁵ M. Vilela, *Gramática da Língua Portuguesa*, Coimbra: Almedina, 1999, pp. 412-413.
- ²⁶ B. Hatim e I. Mason, *Discourse and the Translator*, p. 240.
- ²⁷ Hatim e Mason apresentam uma tipologia de intertextualidade baseada em Sebeok, (1986) que distingue 7 tipos: ‘reference’, ‘cliché’, ‘literally allusion’, ‘self-quotation’, ‘conventionalism’, ‘proverb’ e ‘meditation’, in B. Hatim e I. Mason, *Discourse and the Translator*, p. 132.
- ²⁸ P. Fawcett, *Linguistic Approaches*, in Baker, M., 1998, p. 124.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J. (1962,1977), *How to do Things with Words*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- BAKER, Mona (1992), *In Other Words*. London: Routledge.
- (ed.) (1998), *Encyclopedia of Translation Studies*. London: Routledge.
- BEAUGRANDE, Robert (1997), *Textlinguistik: Zu neuen Ufern?* in Antos, Gerd e Tietz, Heike (eds.) (1997), *Die Zukunft der Textlinguistik* (Reihe Germanistische Linguistik 188), Tübingen: Niemeyer. pp.1-11.
- BELL, Roger T. (1991), *Translation and Translating*. Essex: Longman.
- CANALE, Michael (1983), *From Communicative Competence to Communicative Language Pedagogy*, in Richards, J. e Schmidt, R. (eds.) (1983), pp.2-27.
- CATFORD, J. C. (1965), *Uma Teoria Linguística da Tradução*. São Paulo, Cultrix, Traduzido do Inglês por Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Título original: *A Linguistic Theory of Translation*.
- (1967), *Translation and Language Teaching*, in Bausch, K. e F. Weller (eds.) (1981), pp. 1-19.
- CHOMSKY, Noam (1965), *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Coimbra: Editor, Successor. Traduzido do Inglês por J. A. Meireles e E. P. Raposo. Título original: *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge (Mass.): The MIT Press.
- CONNOR, Ulla (1996), *Contrastive Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press.

- DE BEAUGRANDE, R. e W. Dressler (1981), *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman.
- DUCROT, Oswald e Tzvetan Todorov (1972), *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Lisboa: D. Quixote.
- FAWCETT, P. (1988), *Linguistic Approaches*, in Baker, M.(ed.) (1998) *Encyclopedia of Translation Studies*, London, New York: Routledge, pp. 120-125.
- GRICE, H. P. (1975), *Logic and conversation*, in Cole, P./Morgan, J. L. (eds.)(1975), *Syntax and Semantics*, 3: Speech acts. New York: Academic Press, pp. 41-58.
- HARTMANN, R. R. (1980), *Contrastive Textology*. Heidelberg: Julius Groos Verlag.
- HATIM, Basil e MASON, Ian (1990), *Discourse and the Translator*. Essex: Longman.
- (1997), *The Translator as Communicator*. London: Routledge.
- HATIM, Basil (1998), *Pragmatics and Translation*, in Baker, M., (ed.) (1998) “*Encyclopedia of Translation Studies*”, London, New York: Routledge, pp. 179-183.
- HOUSE, Julianne (1977), *A Model for Translating Quality Assessment*. Tübingen: TBL Verlag Günter Narr.
- HYMES, Dell (1984), *Vers la Compétence de Communication*. Paris: Hatier.
- MAGALHÃES, F.J. (1996), *Da Tradução Profissional*. Lisboa: Edições Colibri.
- MASON, Ian (1998), *Communicative/ functional approaches*, in Baker, M., (ed.) (1998) *Encyclopedia of Translation Studies*, London, New York: Routledge, pp. 29-33.
- MOTA, E. (1990), *Da Tradução: A Problemática da Competência Retórica e da Aceitabilidade*. Diss., Aveiro, Universidade de Aveiro.
- NEWMARK, P. (1982), *Approaches to Translation*. Oxford: Pergamon Press.
- (1988), *A Textbook of Translation*. Hertfordshire: Prentice Hall International.
- NORD, Christiane (1991), *Textanalyse und Übersetzen*. Heidelberg: Julius Gros Verlag.
- NUTTAL, C. (1983), *Teaching Reading Skills in a Foreign Language*. London: Heinemann Educational Books.
- SAUSSURE, Ferdinand de (1972), *Cours de Linguistique Générale*. Edição crítica preparada por Túlio de Mauro, publicada por Charles Bally e Albert Sechehayé, Paris, Payot, 1976.
- SNELL-HORNBY, M. (1988), *Translation Studies. An Integrated Approach*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publ. Co.
- VILELA, Mário (1999), *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.